

ATA NÚMERO 59/XIII (2.ª)

Aos 3 dias do mês de janeiro de 2017, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do diretor-adjunto demissionário da Agência Lusa, Nuno Simas, por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para prestar esclarecimentos sobre a anunciada nomeação de Mafalda de Avelar para Subdiretora de Informação da Lusa (16h00)
2. Audição do Diretor de Informação da Agência Lusa, Pedro Camacho, por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para prestar esclarecimentos sobre a anunciada nomeação de Mafalda de Avelar para Subdiretora de Informação da Lusa (16h45)
3. Informações
4. Apreciação e votação da ata da última reunião
5. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 348/XIII \(2.ª\)](#) (PS) - *Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, reforçando o quadro legal sancionatório da manipulação de competições desportivas* - e do [projeto de lei n.º 355/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) - *Regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva*.
 - Autor do parecer: Deputado Luís Monteiro (BE)
6. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a constituição de Grupo de Trabalho para a avaliação do impacto da “aplicação” do “Acordo Ortográfico” de 1990.
7. Outros assuntos.

-
1. **Audição do diretor-adjunto demissionário da Agência Lusa, Nuno Simas, por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para prestar esclarecimentos sobre a anunciada nomeação de Mafalda de Avelar para Subdiretora de Informação da Lusa**

Dando início à audição resultante da aprovação do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas ao diretor-adjunto demissionário da Agência Lusa, Nuno Simas, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhe de seguida a palavra.

Nuno Simas iniciou a sua intervenção apontando a razão que o levou a apresentar a sua demissão e que teve a ver com o facto de considerar inadequado e discordar frontalmente da escolha de uma pessoa sem experiência de redação e de direção, o que para si representa uma falha grave, sobretudo face aos múltiplos cortes sofridos pelas redes interna e externa da Lusa nos últimos anos.

Defendeu ser fundamental dar alguma estabilidade à Agência, sobretudo à sua rede interna e à cobertura nacional que deve assegurar. Referiu também que a opção tomada devia ter sido outra que não a que foi seguida e que a pessoa a nomear, mais do que se preocupar com a internacionalização da Lusa e a captação de fundos, o que pode ser levado a cabo por um assessor ou por um adjunto da administração, devia dar uma atenção especial à rede interna da Agência e ter um perfil mais ligado à economia.

Falou ainda no contexto de precariedade em que se encontram muitos jornalistas da agência noticiosa, defendendo que se impõe uma aposta prioritária e decidida na estabilização dos quadros. Não foi essa a orientação dos responsáveis da Agência Lusa e o plano gizado de procurar encontrar uma estabilização para o quadro dos vários distritos do País gorou e não obteve a aprovação da administração da empresa.

Recordou igualmente que a nomeação de Mafalda Avelar mereceu o parecer negativo, mas não vinculativo, do Conselho de Redação (CR), que na altura emitiu um comunicado referindo que, «atendendo ao currículo da jornalista e ao lugar que vai ocupar e à falta de experiência de chefia e de trabalho em redação, Mafalda Avelar não reúne condições para assumir o cargo». Apesar desse parecer negativo ter sido aprovado por unanimidade, não foi esse o entendimento de Pedro Camacho, que na altura defendeu a necessidade de a Lusa ter uma pessoa interessada em fazer coisas diferentes.

De seguida, colocaram alguns esclarecimentos os Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

Nuno Simas respondeu, no final, a todos os Senhores Deputados, reiterando muitas das questões já adiantadas na sua intervenção inicial e referindo, designadamente, que não considera que tenha sido um entrave à renovação das chefias; que não faz sentido que uma pessoa que pertence a uma direção de informação tenha como missão tentar captar fundos comunitários; que, apesar de ter sido extinta a editoria de cultura, ela nunca deixou de ser noticiada, continuando a Agência a dar-lhe a mesma importância; que ser subdiretor de informação é estar na redação, a planear o trabalho do dia-a-dia com os editores e não a captar fundos comunitários; que nos últimos anos registou-se uma precarização, nada positiva para a Redação, sendo fundamental estabilizar o quadro de jornalistas do mercado interno.

A documentação da audição, incluindo a gravação vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

2. Audição do Diretor de Informação da Agência Lusa, Pedro Camacho, por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para prestar esclarecimentos sobre a anunciada nomeação de Mafalda de Avelar para Subdiretora de Informação da Lusa

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Diretor de Informação da Agência Lusa, Pedro Camacho, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhe de seguida a palavra.

Pedro Camacho afirmou que a Lusa enfrenta um enorme rol de desafios, tornando-se urgente preparar a Agência para um futuro que está a mudar muito depressa, tendo, para esse efeito, de ter forçosamente a capacidade de produzir informação mais complexa e mais adequada aos clientes, apostar nos meios tecnológicos ao seu dispor, recuperar o tempo perdido, estabelecer novas parcerias com agências internacionais, aprofundar as relações com as empresas lusófonas, ter capacidade de resposta aos pedidos que são por estas apresentados, apostar em novas linhas de serviço, adequar os seus serviços ao mercado de forma a conseguir acompanhar a evolução dos seus congéneres europeus e preencher um espaço importante no mercado da lusofonia.

Concluiu afirmando que essa mudança de paradigma deve ter em conta a procura de fontes de financiamento externo alternativas, reunindo Mafalda Avelar as condições necessárias para assumir essa função a tempo inteiro.

De seguida, colocaram alguns esclarecimentos os Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

No final, Pedro Camacho respondeu às questões colocadas pelos Deputados, tendo referido que respeitou o parecer do Conselho de Redação, não tendo o mesmo carácter vinculativo. Disse que a Lusa precisa de uma pessoa interessada em fazer coisas diferentes e fora da redação e que a escolha feita de uma pessoa com um outro perfil foi bem pensada e consciente.

Por outro lado, referiu que 90% dos funcionários da Lusa estão na informação, mas que os novos desafios que enfrenta a Agência precisam de alguém que tenha competências diferentes. E, nesse sentido, pensa que Mafalda Avelar tem um perfil adequado a negociar parcerias com agências internacionais, prestar atenção às fontes de financiamento externo e desenvolver serviços diferentes com uma aposta na área tecnológica, indo exercer funções em diversas áreas, nomeadamente na direção financeira e no marketing.

A documentação da audição, incluindo a gravação vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

3. Informações

3.1 A Senhora Presidente deu conta de que o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro tinha sido marcado para a reunião plenária de 17 de janeiro de 2017, dia em que estava marcada a audição regimental do Senhor Ministro da Educação na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto. Nesse sentido, solicitou aos serviços de apoio à Comissão que contactassem o Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares para tentar marcar a audição em falta para o dia 20 de janeiro.

3.2 Informou também que a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa solicitou à 12.ª Comissão que se pronunciasse, até ao dia 30 de janeiro de 2017, sobre a Conta Geral do Estado de 2015, tendo o Grupo Parlamentar do PSD informado que oportunamente indicaria o seu relator.

3.3 De seguida, deu conhecimento de que tinha baixado à Comissão o [projeto de resolução n.º 588/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) — Inclusão da RTP-Madeira e da RTP-Açores na grelha nacional da Televisão Digital Terrestre (TDT) -, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado que a sua discussão seria feita em Plenário.

3.4 Informou igualmente que foi agendada, para dia 19 de janeiro, a eleição do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), devendo as

candidaturas ser entregues até ao dia 6 de janeiro no Gabinete de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República.

4. Apreciação e votação da ata da última reunião

A ata da reunião de 20 de dezembro de 2016 foi aprovada por unanimidade.

5. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 348/XIII](#) (PS) - *Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, reforçando o quadro legal sancionatório da manipulação de competições desportivas* - e do [projeto de lei n.º 355/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) - *Regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva*.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) fez a apresentação dos pareceres em análise.

Após as intervenções dos Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), João Azevedo Castro (PS) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que cumprimentaram o autor dos pareceres e anunciaram o voto favorável, foram os mesmos submetidos a votação e aprovados por unanimidade.

6. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a constituição de Grupo de Trabalho para a avaliação do impacto da “aplicação” do “Acordo Ortográfico” de 1990

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) fez a apresentação do requerimento afirmando que recentemente, mais concretamente em novembro passado, a Academia das Ciências de Lisboa apresentou um estudo para aperfeiçoar as bases do Acordo Ortográfico a ser entregue em janeiro de 2017 e fixar novos critérios orientadores mais uniformes, no qual sugere, nomeadamente, o regresso à utilização de algumas consoantes mudas.

A Academia considera que o Acordo não estabelece uma ortografia única e consistente, realçando que tem provocado alguma instabilidade ortográfica.

Considera que não se pode deixar de atribuir grande significado a esse estudo e deixar de ter presente que foi a de, por via de uma resolução da Assembleia da República que se aprovou, para ratificação, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Nesse sentido, defende ser necessário constituir um grupo de trabalho para estudar e avaliar toda esta questão, fazer um ponto de situação da aplicação do Acordo Ortográfico em vigor, de avaliar o grau de concretização dos objetivos que a sua aplicação visava atingir e de proceder às recomendações que, em conformidade, entender justificarem-se – privilegiando, em todo o processo, a audição e o envolvimento da comunidade científica.

A este propósito, a Senhora Presidente recordou que na anterior legislatura houve um grupo de trabalho com a mesma finalidade, mas que, apesar de ter desenvolvido um trabalho muito relevante e meritório, não chegou a nenhuma conclusão. Nesse sentido, disse acreditar que o mesmo pode acontecer ao novo grupo de trabalho proposto.

Daí propor que, antes de tudo, se aguarde pela publicação desse estudo da Academia das Ciências de Lisboa para que, depois, se possa fazer a sua avaliação política. Em vez de constituir um grupo de trabalho para esse efeito, sugeriu que se marcassem algumas audições para esse efeito no âmbito da Comissão

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS), apesar de concordar inteiramente com as palavras e a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Comissão, propôs o adiamento da apreciação deste ponto.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) afirmou que o BE não obstaculiza a criação do Grupo de Trabalho, pese embora reconheça a pertinência das questões suscitadas pela Senhora Presidente.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) sublinhou a importância da temática e considerou justificar-se a constituição de um grupo de trabalho para o efeito.

Não havendo objeções, a apreciação deste ponto ficou adiada para uma próxima reunião.

7. Outros assuntos.

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 18 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de janeiro de 2017

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Firmino Pereira
Helga Correia
Joana Barata Lopes
João Azevedo Castro
João Torres
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Carla Barros
Carlos Silva
Ivan Gonçalves
Ricardo Leão
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Pedro do Ó Ramos
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Gabriela Canavilhas
João Pinho de Almeida